

# Ressignificando a relação com os pais: filhos autônomos ou independentes?

Redefining the relationship with parents: are the children autonomous or independent?

Fernanda Souza da Cruz<sup>1</sup>, Adriana Vasconcelos da Silva Bernardino<sup>2</sup>

## Resumo

**Como citar esse artigo.** da CRUZ, F. S.; BERNARDINO, A. V. S.; da SILVA. Resignificando a relação com os pais: filhos autônomos ou independentes?. *Mosaico - Revista Multidisciplinar de Humanidades*, Vassouras, v. 13, n. 1, p. 76-86, jan./abr. 2022.

O relacionamento entre pais e filhos se modifica com a trajetória do ciclo de vida familiar. No final da adolescência e no início da vida adulta, se os filhos continuam dependentes de seus pais, não transpassam para o mundo dos adultos, fazendo com que uma nova fase de transição para a vida adulta, continue sendo vivenciada pela família. Nesse processo, apesar de autônomos, os filhos continuarão a ter necessidade de serem auxiliados por seus pais. O objetivo do artigo é estudar a relação de independência e autonomia que os jovens adultos brasileiros do século XXI mantêm com suas famílias. O estudo foi realizado por revisão de literatura onde se buscou autores que fundamentassem o objetivo pretendido. Constatou-se que grande parte dos jovens adultos da atualidade, apesar de ter autonomia ainda são dependentes dos pais. Ou seja, são capazes de se autogovernar, possuem livre arbítrio para defender os valores nos quais acreditam, mas são incapazes de viver sem a ajuda, recursos ou cuidados de seus progenitores.

**Palavras-chave:** Relação pais/filhos; Ciclo de vida familiar; Independência e autonomia.

## Abstract

**Nota da Editora.** Os artigos publicados na Revista Mosaico são de responsabilidade de seus autores. As informações neles contidas, bem como as opiniões emitidas, não representam pontos de vista da Universidade de Vassouras ou de suas Revistas.

The relationship between parents and children changes with the trajectory of the family life cycle. In late adolescence and early adulthood, if children remain dependent on their parents, they do not transfer to the adult world, causing a new transition phase to adulthood to continue to be experienced by the family. In this process, despite being autonomous, the children will continue to need to be helped by their parents. The aim of the article is to study the relationship of independence and autonomy that young Brazilian adults in the 21st century maintain with their families. The study was carried out through a literature review where authors were sought to support the intended objective. The study noted that most young adults today, despite having autonomy, are still dependent on their parents. That is, they are able to govern themselves, have free will to defend the values they believe in, but are unable to live without the help, resources or care of their parents.

**Keywords:** Parent/Child relationship; Family life cycle; Independence and autonomy.

## INTRODUÇÃO

A família se forma com a união de duas pessoas. Elas se desenvolvem rapidamente enquanto casal e passam a assumir novas funções com o nascimento (ou adoção) dos filhos. Estes últimos passam a ser incluídos como indivíduos e membros do grupo familiar. Cada novo filho representa não só o aumento do número de sujeitos de determinada família, mas, também, e principalmente, uma reorganização da

Afiliação dos autores

<sup>1</sup>Graduada do Curso de Psicologia, Universidade de Vassouras, Vassouras, Rio de Janeiro, Brasil

<sup>2</sup>Doutora em Psicologia, Curso de Psicologia Universidade de Vassouras, Vassouras, Rio de Janeiro, Brasil

\* Email de correspondência: fernandavass0909@gmail.com

Recebido em: 14/09/21. Aceito em: 29/10/21.

estrutura da vida familiar.

À medida que os filhos crescem, sua relação com os pais vai mudando, assim como seus desejos, expectativas e necessidades. E quando adultos assumem uma mudança progressiva na sua relação com os pais, irmãos e demais familiares (MITCHELL, 2006).

O amadurecimento da família ocorre quando os filhos crescem, da infância à adolescência e dessa para a fase adulta, onde irão constituir suas próprias famílias e vivenciar suas próprias experiências enquanto formadores de uma nova família (MARTINS, 2018).

Neste sentido, independente da configuração, estrutura e contexto familiar, a tarefa de educar os filhos e prepará-los para a vida é ainda a função mais importante desempenhada pela família (SAMPAIO, 2004).

Diante do exposto, o presente artigo tem como objetivo estudar a relação de independência e autonomia que os jovens adultos brasileiros do século XXI mantêm com suas famílias. Para tanto, foi feito um breve histórico da formação familiar; apresentou-se os aspectos mais relevantes sobre a família, assim como as mudanças ocorridas na formação familiar contemporânea, e se avaliou como se dá a relação entre pais e filhos, buscando-se compreender o que vem a ser autonomia e independência.

O estudo é relevante porque a construção da identidade do ser humano é antes de tudo um processo de socialização; esse processo se inicia com a família, numa interação recíproca de dar e receber. O indivíduo sofre influência de tudo e de todos que o cercam, e, de sua parte, exerce alguma influência sobre aqueles com quem entra em contato. As relações familiares são a base para a formação de todos os sujeitos.

O artigo trata-se de uma revisão de literatura exploratória, de natureza qualitativa, onde, num primeiro momento, foram rastreados em bancos de dados disponíveis *online* textos voltados para o objetivo proposto. Depois de rastreadas estas foram criteriosamente analisadas, para posterior seleção. Adotou-se, como critério de inclusão, obras mais recentes, escritas em português ou inglês, que correspondessem ao objeto do estudo. Como critério de exclusão, destaca-se a adoção de obras muito antigas e fora do contexto do artigo.

## Breve histórico da formação familiar

A família representa a união entre os indivíduos que possuem ligações sanguíneas, laços de convivência e relações de afeto. Atualmente, o conceito de família abarca diferenciadas formas de organização, mas todas alicerçadas na relação afetiva entre seus membros. No entanto, como será apresentado a seguir, o conceito de família, ao longo da história, já assumiu diversos significados.

Quando se busca uma fundamentação histórica para a constituição da família, pode-se observar que num período remoto, nas tribos primitivas, as mulheres pertenciam igualmente a todos os homens e, vice-versa, ou seja, todos mantinham relações sexuais entre si. Tal fato não demonstra uma atitude promíscua, mas sim o matrimônio por grupos (ENGELS, 1984).

Tal sistema de organização familiar, em que há tolerância sexual recíproca entre os machos e a completa falta de ciúmes, ou de sentimento de posse, foi um fator decisivo para que se pudesse formar grupos numerosos e estáveis. E é a partir desse período que começam a se formar as famílias, especificadas por Engels (1984), como consanguínea, punaluana, sindiásmica e monogâmica.

Na família consanguínea, marido e mulher estavam enquadrados num grau de parentesco, sendo, dessa maneira, possível o relacionamento sexual entre todas as pessoas, avôs e avós, pais e mães, irmãos e irmãs e assim por diante.

Na família punaluana a relação sexual recíproca entre pais e filhos começou a ser desaprovada, assim como entre irmãos. Tal fato rompeu com as antigas comunidades, formando outro tipo de sociedade decorrente, exatamente, dessa proibição de relacionamento sexual entre filhos da mesma mãe. Assim,

estando proibidas as relações entre irmãos e irmãs, dentre estes os parentes distantes, pela linha materna, o grupo familiar tornou-se um círculo fechado de parentes consanguíneos que não podiam e não deviam se casar uns com os outros (ENGELS, 1984).

Na família sindiásmica ficou proibido o matrimônio com parentes de qualquer grau, o que inviabilizou o casamento por grupo, levando à formação da família na qual o homem passou a ter o direito de estabelecer relações poligâmicas e para a mulher o adultério passou a ser proibido, sendo severamente punido.

Pode-se, assim, constatar, que:

A evolução da família nos tempos pré-históricos, portanto, consiste numa redução constante do círculo em cujo seio prevalece a comunidade conjugal entre os sexos, círculo que originariamente abarcava a tribo inteira. A exclusão progressiva, primeiro dos parentes próximos, depois dos parentes distantes, e, por fim até das pessoas vinculadas apenas por aliança, torna impossível na prática qualquer matrimônio por grupos (ENGELS, 1984, p. 49).

A família monogâmica se desenvolveu quando o processo de domesticação e criação de animais ocasionou o surgimento de novos modelos de relações sociais. A partir de então, com a conversão das riquezas em propriedade particular da família por causa das atividades humanas (criação de gado, por exemplo), o matriarcado sofreu um grande abalo. Isso aconteceu porque as riquezas proporcionavam aos homens uma posição mais importante do que a das mulheres na família, que começaram a se valer dessa vantagem para modificar, buscando beneficiar seus filhos, a ordem da herança estabelecida. Com isto, a mulher passou a ser vista apenas como servidora, imagem que até os dias de hoje não foi totalmente suprimida (ENGELS, 1984).

A principal decorrência de tais mudanças foi a família passar de sindiásmica para monogâmica. Dentro da nova civilização que nascia, os laços familiares tornaram-se mais sólidos, tendo os filhos, de certa forma, paternidade indiscutível, já que não era mais permitido à mulher a infidelidade conjugal. Como sintoma maior dessas relações monogâmicas surgiu o amor sexual individual (ENGELS, 1984).

Durante a Idade Média, os matrimônios eram estabelecidos por convenção entre as famílias, através de contratos, com os quais os interessados se conformavam. Com o passar do tempo, muito embora os casamentos se dessem com a observância dos níveis sociais, começou a ser permitida certa liberdade de escolha. O próximo passo na evolução da formação da estrutura familiar foi a reivindicação do casamento por amor (COULANGES, 2004).

A família romana era essencialmente fundamentada no paternalismo. O pai, acumulava as funções de chefe político, sacerdote e juiz, sendo que somente a ele era permitida a aquisição de bens e a detenção do poder sobre o patrimônio familiar, a mulher e os filhos. De acordo com Coulanges (2004):

Os historiadores do Direito Romano observaram que nem o nascimento nem o afeto foram o fundamento da família romana, julgando, pelo contrário, o que devemos encontrar tal fundamento no poder paterno ou marital. Entretanto, a autoridade paterna, ou marital longe de ter sido causa primeira, foi, ela mesma, efeito; originou-se da religião e por esta foi estabelecida: não foi, pois, o princípio constitutivo da família (COULANGES, 2004, p. 34).

Isso significa que a religião foi a razão pela qual a civilização romana dividia os grupos familiares, apesar de não fornecer as regras para sua organização. Então, a partir do século IV, durante o governo de Constantino, segundo Coulanges (2004), o cristianismo passa a influenciar a concepção de família, introduzindo no seio familiar as preocupações de ordem moral.

Nesse período começou a ser construída a concepção da absoluta igualdade de direitos e deveres entre os esposos. Entretanto, cabe destacar que para as mulheres continuaram a prevalecer de forma mais acentuada os deveres.

Constata-se em Pereira (2016) que no período pós-romano as relações familiares passaram a ser conduzidas pelo direito germânico. Assim, a organização autocrática cedeu lugar à democrática-afetiva, tendo a base familiar se modificado para a “compreensão e o amor”, em vez da autoridade. Ainda segundo o autor:

A doutrina do Direito Natural e a filosofia individualística do século XVIII retiraram da família toda a finalidade religiosa ou política, quebrando a sua solidez originária, seja proclamando a independência e igualdade dos filhos [...], seja negando o caráter religioso do casamento, cujas modalidades e efeitos passaram a ser regulados por lei (PEREIRA, 2016, p. 17).

No mundo contemporâneo foi sendo construída uma nova concepção de família. A entrada da mulher no mercado de trabalho, as facilidades para a obtenção do divórcio e a independência cada vez maior da juventude, foram fatores decisivos que contribuíram para uma nova formação da família da atualidade. Observa-se, portanto, que atualmente, conforme pontua Santana (2020), a família caracteriza-se por sua diversidade, pois além de apresentar diferentes formatos, as atividades exercidas pelos sujeitos que compõem esse grupo são também diversificadas.

## Aspectos relevantes sobre a família

A família tem como propósito oferecer um contexto que permita a sobrevivência e o desenvolvimento de seus membros, procurando atender às necessidades de todos. Essa é uma função complexa devido às interações múltiplas entre todos os membros, as quais implicam, necessariamente, alto grau de envolvimento em suas várias formas.

O mundo atual, globalizado, está em plena transição e a família está tendo que se acomodar a ele. E, justamente, nesses períodos de transição e mudanças de valores, como esse que estamos vivenciando, a função psicossocial da família adquire ainda mais importância como suporte para seus membros. Sobre tal fato Nogueira e Ribeiro (2014) discorrem que:

O homem e a mulher de hoje sofrem porque não se sentem à altura das tarefas que têm para cumprir enquanto casal, buscando viver em sintonia com sua imagem ideal: harmonia, união, solidez no tempo e com os ideais da sociedade pós-industrial: eterna juventude, sucesso e opulência (NOGUEIRA; RIBEIRO, 2014, p. 49).

Compreende-se assim que o contexto social é fundamental na definição das características estruturais e funcionais da família. Dessa maneira, quando se fala em sobrevivência, necessidades e desenvolvimento; está se falando das finalidades básicas da família que variam em função da sociedade a que pertence. Pode-se comprovar em Ausloos (2011) que:

Uma família é um tipo especial de sistema, com estrutura, padrões e propriedades que organizam a estabilidade e a mudança. E também uma pequena sociedade humana, cujos membros têm contato direto, laços emocionais e uma história compartilhada (AUSLOOS, 2011, p. 157).

Faz parte das funções da família, portanto, a transmissão dos valores da sociedade que modela o próprio processo de socialização da criança no seu meio.

Ou seja, a função de suporte físico, afetivo e social dos membros da família implica fundamentalmente em permitir à criança o desenvolvimento de um sentido de identidade que envolve dois aspectos: um sentido de pertinência que lhe dá um nome e permite que se sinta parte de um sistema que a ampara e protege, ao mesmo tempo que adquire um sentido de ser um indivíduo, separado do todo (AUSLOOS, 2011). Compreende-se assim que:

O sentido de pertencer é adquirido através da participação, acomodação e aceitação dos padrões de interação familiares através do ciclo vital. Já a individualização é possível pela participação da criança em vários subsistemas familiares (avós, tios, primos, irmãos) em situações diversas, permitindo através de acomodações mútuas da família e da criança, através do crescimento, a aquisição gradual de áreas de autonomia, que lhe dão o senso de ser individualizada (AUSLOOS, 2011, p. 159).

Assim sendo, da mesma forma que a criança se acomoda e assimila padrões interacionais e valores de sua família, a família se acomoda à sociedade assegurando a continuidade de sua cultura, de seus valores.

No entanto, conforme destaca Ausloos (2011, p. 163) a família é um sistema aberto em transformação: ela constantemente recebe e envia sinais “do in para o extrafamiliar, e se adapta às diferentes demandas dos seus próprios estágios de desenvolvimento através do ciclo vital”.

## Mudanças na formação familiar

O conceito de ciclo vital da família (CVF) vem sendo estudado pelas Ciências Humanas e Sociais, surgindo da concepção de desenvolvimento familiar, revelando que o desenvolvimento das famílias é dividido em fases, como ocorre no processo de desenvolvimento individual (MARTINS, 2018).

Carter e McGoldrick (2001) apresentaram um modelo composto por mudanças sociais significativas, como o novo papel das mulheres na sociedade contemporânea, o aumento dos casos de divórcio e a baixa taxa de natalidade, entre outras. O papel das mulheres no funcionamento familiar sempre foi muito representativo e quando o seu papel começou a ser alterado trouxe um forte impacto nas mudanças do CVF.

Para as autoras, há algum tempo o papel da mulher era fundamentalmente determinado por suas funções de esposa e mãe, e as fases da sua vida estavam ligadas à educação dos filhos, estando sempre subjugada ao domínio masculino (pai e marido) – só podia sair de casa quando constituía sua própria família (CARTER; MCGOLDRICK, 2001).

Nos dias de hoje, a maioria das mulheres possui uma carreira, entrando assim na primeira fase do CVF, ou seja, dos jovens adultos que saem da casa dos pais e vão viver suas próprias vidas, o que anteriormente só era aceito para os homens. “Também a última fase (famílias em fase tardia) se tornou majoritariamente feminina, visto a esperança média de vida das mulheres ser superior à dos homens” (CARTER; MCGOLDRICK, 2001, p. 36).

No que se refere aos homens, a idade era a variável que definia a fase do CVF. Atualmente, este indicador não mais marca essas fases. Para as autoras:

Após a ocorrência de várias mudanças sociais ao longo dos últimos anos, tornou-se difícil definir um CVF normal, pois existem diversas variantes à família nuclear tradicional intacta. No entanto, estatisticamente continua a fazer sentido utilizar o modelo de família nuclear

intacta, de classe média branca americana, para marcar diferentes fases do ciclo vital da família (CARTER; MCGOLDRICK, 2001, p. 43).

Segundo a psicanalista francesa Elizabeth Roudinesco (2003), a revolução familiar levou o antigo modelo patriarcal monogâmico, analisado por Freud, à desconstrução. A família com pais, mães e filhos é coisa do passado. O século XXI é de famílias chefiadas por mulheres ou recompostas após o divórcio, com dois pais, duas mães e meios-irmãos, ou ainda de casais homoafetivos com filhos adotados.

Tal fato não significa que a instituição família esteja morrendo; está simplesmente sendo reinventada no cotidiano. Roudinesco (2003, p. 17) faz uma avaliação otimista afirmando que “a família permanece ardentemente desejada como um valor seguro, ao qual ninguém quer renunciar”.

A autora pondera ainda que, atualmente, vive-se numa era de grande liberdade sexual (mesmo apesar da AIDS); assim, a maioria das mulheres pode decidir a quantidade de filhos que querem ter e quando os terão. Hoje se está presenciando a existência de famílias formadas por casais homoafetivos, o que no passado era praticamente impensável. Tais exemplos vêm demonstrar que a cada dia a família perde mais a sua estrutura patriarcal, na qual a figura do pai representava o poder, para assumir modelos mais diferenciados e diversificados, modelos estes que começam a ser vistos pela sociedade com mais naturalidade e simpatia (ROUDINESCO, 2003).

De acordo com Corrêa (2000) a nova família é horizontal, composta em rede, com filhos de vários casamentos, uma espécie de irmandade. Para a autora os novos tipos de grupos familiares e algumas questões relativas a relações que nelas possam vir a surgir são:

Famílias monoparentais: observa-se a presença de uma única figura parental, temporária ou permanente. Isso pode ocorrer por viuvez, separação ou opção da mãe de ter uma “produção independente”; Famílias reconstruídas ou pluriparentais: em tais tipos de famílias pode haver conflitos por causa de sentimentos de ambivalência surgidos com as novas relações. No entanto, abrem-se aí novas possibilidades afetivas, outros tipos de vínculos fraternos; Famílias adotivas: verificamos essa situação no caso de um casal estéril que decide adotar uma criança ou, também, quando o casal ou uma mulher decide pela fecundação *in vitro*. Se um casal decidir pela adoção, é importante que ele e o bebê estejam unidos no objetivo de adoção mútua. No caso da fecundação artificial surge o problema da manutenção do segredo do doador, ou seja, a impossibilidade de se conhecer a própria origem; Famílias interculturais: este fenômeno tem sido muito frequente na Europa, especialmente na França, em função de correntes migratórias. Tais encontros podem ser fonte de grande riqueza cultural (elemento importante na formação cultural brasileira), mas também, de conflitos e tensões devidos a dificuldades de integração com a nova cultura (CORRÊA, 2000, p. 39).

Assim, não se pode considerar a família como tendo um modelo universal, uma vez que uma série de diversidades são fatores importantes na sua constituição e dinâmica. Além disso, observa-se que ao se conhecer bem os membros de uma determinada família nota-se que cada um deles poderá referir-se a ela como se fosse composta de diferentes grupos familiares. Cada membro poderá relatar, segundo Laing (2003, p. 17): “percepções, sentimentos e reações muito particulares. Isso indica que não existe uma família real, mas cada membro irá representá-la à sua maneira através da interiorização”.

Cervený (2013) destaca que existe um mecanismo de influência entre todos os envolvidos numa relação familiar. Neste sentido, o ciclo de vida dos membros da família acaba promovendo mudanças no contexto familiar, fazendo com que a família necessita de adaptação e reorganização para adotar as novas demandas.

Outra peculiaridade da família contemporânea, nas relações biparentais, é que as tarefas que

anteriormente eram definidas por gênero, não mais funcionam por essa divisão. No passado, nas famílias nucleares, homens e mulheres exerciam funções diferenciadas. O homem tinha a responsabilidade de prover o sustento da casa, já a mulher tinha que cuidar da casa e dos filhos. Atualmente, mesmo dentro deste modelo, ambos participam da educação dos filhos e trabalham fora (RODRIGUEZ; GOMES; OLIVEIRA, 2017).

Walsh (2016) descreve que nas últimas décadas o papel paterno tem sofrido modificações significativas, considerando-se sua relação com os filhos, tornando-se cada vez mais atuante e participativo.

Carter e McGoldrick (2001) revelam que o CVF deve ser compreendido em várias gerações e o desenvolvimento do indivíduo, centrado na família, é marcado de acordo com a etapa pela qual ele estiver passando: infância, adolescência, fase adulta.

## Relação entre pais e filhos: autonomia e independência

Ao longo da vida familiar, os pais exercem tarefas diferenciadas diante do crescimento e amadurecimento de seus filhos. Nas diferentes fases do ciclo de vida dos sujeitos, nas famílias das sociedades industrializadas, geralmente, enfatiza-se o crescimento da autonomia das crianças em relação a seus progenitores (CARTER; MCGOLDRICK, 2001).

Assim sendo, em conformidade com Ponciano e Féres-Carneiro (2016), a relação entre os pais e os filhos vai sofrendo uma série de modificações, até a chegada da autonomia, independência, fase adulta e maturidade dos últimos. Com os filhos adolescentes, os pais deverão barganhar e ser presentes nas transformações que ocorrem nesse período da vida, onde os jovens iniciam um processo de tomadas de decisões, adotando uma maior autonomia. Com os filhos jovens adultos que estão saindo de casa, deverão ter uma relação menos hierarquizada e mais igualitária. Terão, também, que aceitar e acolher os parceiros que os filhos escolheram para se casarem. Quando os filhos se tornarem pais se iniciará uma nova construção de identidades familiares (pais, avós, netos), fazendo com que os avós, desenvolvam uma nova maneira de se relacionar com os filhos. Quando os filhos forem adultos mais velhos, os pais deverão aceitar o fato de que poderão ficar mais dependentes deles.

No entanto, por causa da continuação da dependência dos filhos em relação a seus pais após o período da adolescência, existe uma variante no ciclo vital, fazendo com que a visão tradicional, anteriormente descrita, fique relativizada, fazendo com que se acrescente ao ciclo vital a transição para a vida adulta (PONCIANO; FÉRES-CARNEIRO, 2016).

Debus (2018, p. 14) assinala que “o princípio da autonomia está no sentimento e na convicção de se ter um valor próprio, ameaçado pela falta desta convicção nas relações do dia a dia”, pois alguns pais, mesmo nos dias de hoje, exercem um estilo autoritário, sendo altamente exigentes e pouco afetivos, buscando sempre modelar, controlar e avaliar o comportamento de seus filhos com princípios de conduta estabelecidos por padrões absolutos. Para estes a obediência é enfatizada como uma virtude, adotando, para isso, medidas punitivas, fazendo com que os filhos, principalmente os pequenos, entrem em conflito com o que acreditam ser correto.

Na concepção de Mitchell (2006) quando se compara à geração dos pais, os filhos da atualidade vivem numa instabilidade e constante entrada e saída da casa de seus pais. A autora complementa que:

Muitos jovens experimentam uma variedade de estilos de vida e de relacionamentos íntimos, sem necessariamente assumirem as responsabilidades esperadas de um adulto ou deixarem a casa dos pais. Possuem autonomia para tomarem certas decisões sem o ônus da completa independência. Por exemplo, podem arriscar-se em uma relação amorosa, sabendo que podem voltar para a casa dos pais, comportamento típico dos jovens bumerangues (MITCHELL, 2006, p. 327).

A atual crise no mercado de trabalho e a crescente exigência de uma formação profissional mais prolongada, faz com que muitos jovens adultos permaneçam um grande período dependentes de seus pais. Observa-se, portanto, que “a transição para a vida adulta é marcada pela incerteza, indefinição e complexidade” (ARNETT, 2004, p. 37).

Por isso, conforme pontua Iaconelli (2019), os pais quando lidam com seus filhos precisam discutir uma série de questões, como sexualidade e uso abusivo de drogas, além disso precisam aceitar questionamentos sobre a dinâmica familiar, aprender a lidar com o sofrimento, ter um posicionamento diante da realidade digital, estabelecer limites e auxiliar nas escolhas.

Atualmente os jovens vivenciam uma percepção maior de instabilidade, quando se traça um paralelo com a hipotética estabilidade da família tradicional, onde existia uma previsibilidade maior no tocante à chegada da vida adulta. No entanto, ao se supor que até na família tradicional não existe um momento de completa estabilidade, observa-se a existência de uma série de flutuações e diversidades presentes na transição para o mundo adulto. Ponciano (2002) descreve que:

Desse ponto de vista, ao relativizar o modelo tradicional, o comportamento dos jovens pode ser compreendido como uma fase e não um impedimento ou bloqueio no desenvolvimento. É preciso, portanto, investigar como essa fase, mais diversificada e incerta do que nas gerações anteriores, tem afetado a relação entre pais e filhos, enquanto a independência e a autonomia são alcançadas paulatinamente (PONCIANO, 2002, p. 42).

Camarano (2006) destaca que outro ponto importante que deve ser levado em consideração, no que se refere à transição para a vida adulta, são as diferenças entre os grupos culturais e as classes sociais. Seguindo essa linha de pensamento, no tocante ao comportamento dos jovens no mundo atual, Ponciano e Féres-Carneiro (2016, p. 389) pontuam que “a variedade é o resultado da soma de diferentes fatores, dentre eles, os recursos econômicos e sociais que determinam a capacidade de tomar decisões e fazer escolhas na vida”.

De acordo com Féres-Carneiro (2005), para os jovens que vivem em países industrializados, os últimos anos da adolescência até os vinte anos são bastante relevantes por acarretarem mudanças profundas. Grande parte destes jovens recebem treinamentos e nível de educação necessários para que possam começar suas vidas profissionais. No entanto, a autora pondera que um outro grupo de jovens, principalmente em países em desenvolvimento, chegam à idade adulta sem ter qualquer qualificação profissional.

No campo afetivo, Ponciano e Féres-Carneiro (2016, p. 389) descrevem que muitos jovens já fizeram suas escolhas amorosas ao final dos vinte anos; mas, antes disso, muitos terão vivido um período de grande experimentação. Para as autoras “os jovens podem experimentar mais livremente que os adolescentes, porque são menos monitorados pelos pais, e mais livres que os adultos, porque são menos constrangidos por papéis sociais”. As autoras salientam ainda que o uso de drogas costuma aumentar no período final dos vinte anos e geralmente diminui quando os jovens se casam ou tornam-se pais, fatos que acarretam maiores responsabilidades.

As experiências sexuais também são exploradas com liberdade pelos jovens, que vivenciam e buscam conhecer diferentes possibilidades, antes de assumirem um compromisso mais sério. Ponciano e Féres-Carneiro (2016, p. 389) discorrem que, a partir de 1980, no Brasil “o ficar difundiu-se como um novo modo de relacionamento, oferecendo ao jovem a oportunidade de ampliar o contato com parceiros variados, em uma noite ou por um breve instante”, não tendo, por isso, que assumir nenhum tipo de compromisso futuro.

Segundo Camarano (2006, p. 28) ao experimentar o mundo o jovem está buscando o autoconhecimento, edificando sua autonomia, “adotando comportamentos independentes de sua família de origem, em um

“mundo desconhecido pelos pais”.

No entanto, mesmo assim, conforme Ponciano e Féres-Carneiro (2016, p. 389), o jovem continua morando na casa dos pais, fazendo com que os processos de autonomia e independência sejam vivenciados no interior da família. Para as autoras, enquanto os jovens não assumirem inteiramente a vida adulta, “a relação com os pais sofre modificações. A principal mudança é uma maior aproximação entre eles, sendo estabelecido um relacionamento de maior reciprocidade e respeito mútuo, tendo mais igualdade do que hierarquia”.

Dentro deste entendimento a relação de independência e/ou dependência se alterna de acordo com a situação e a carência dos filhos. Os pais permanecem oferecendo suporte emocional e financeiro, principalmente quando os filhos estão desempregados e com as relações amorosas instáveis, ou seja, sem um projeto de casamento e de partida da casa paterna (CAMARANO, 2006).

Observa-se, dessa forma, que apesar da adolescência chegar ao fim, os filhos ainda continuam contando com a participação dos pais em suas vidas. Os pais continuam ajudando os filhos a atingirem uma maior autonomia financeira e emocional. Assim, da adolescência à fase adulta os pais exercem um papel importante para o desenvolvimento de seus filhos, encaminhando e buscando facilitar esse período de transição (SAMPAIO, 2004).

Camarano (2006) descreve que a independência e a autonomia dos filhos só serão conquistadas a partir de uma dependência que lhes transmita segurança, ou seja, uma base de sustentação, onde eles possam se expressar com a liberdade de ser quem são. Assim, segundo a autora, a dependência e a independência se inter-relacionam e são necessárias às existências saudáveis, ajudando os sujeitos a se desenvolverem e crescer.

Na concepção de Teperman, Garrafa e Iaconelli (2020) o bom relacionamento entre filhos e pais é basilar para que os primeiros cresçam com confiança, segurança e autonomia, aprendendo a ter respeito ao próximo e também a identificar o que é realmente importante para suas vidas.

Cabe, portanto, aos pais o papel de conduzirem seus filhos para o futuro, para a independência e autonomia maduras, com responsabilidade e compromisso.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se através da pesquisa realizada que grande parte dos jovens adultos da atualidade, apesar de ter autonomia, ainda são dependentes dos pais. Ou seja, são capazes de se autogovernar, possuem livre arbítrio para defender os valores nos quais acreditam, mas são incapazes de viver sem a ajuda, recursos ou cuidados de seus progenitores.

Tal fato revela que é muito importante a conexão das figuras parentais para o saudável desenvolvimento do sujeito. O amor e a conexão emocional entre pais e filhos facilitam a evolução do processo de autonomia. O encorajamento dos pais e o suporte que eles oferecem para seus filhos são importantes para que estes tomem decisões e solucionem seus problemas de maneira mais acertada.

O processo de diferenciação não ocorre sem a presença parental, mas sim com ela. Assim, a importância da relação entre pais e filhos, unindo a infância, a adolescência e a fase adulta, deve ser muito destacada. A participação dos pais promove a autonomia num contexto de presença e disponibilidade.

Cabe aqui destacar que o papel dos pais na sociedade hodierna, independentemente da formação familiar é o de acolher os filhos com todo amor e o de prepará-los para atingirem sua autonomia e independência. Pais são pais, em qualquer contexto, assim, tanto na família nuclear, quanto nas modernas formações familiares, são a base do desenvolvimento dos sujeitos, em todos os seus aspectos. Apesar dos métodos empregados por cada tipo de família serem bastante diferenciados, o objetivo é sempre o mesmo: conduzir os filhos para a vida adulta. Salvo alguns casos onde ocorrem desajustes familiares, que não é o foco do presente estudo.

Neste contexto, apesar das mudanças ocorridas ao longo dos anos na sociedade, as interações entre pais e filhos continuam sendo uma base segura para que haja um equilíbrio entre a autonomia e a independência, fazendo com que os últimos ingressem no mundo adulto de maneira plena e responsável. Assim, com relações mais abertas, devido ao desenvolvimento da própria sociedade, a maioria dos pais busca conduzir seus filhos para o exercício de suas próprias vidas.

Acredita-se que novos estudos devam ser desenvolvidos, pois esta temática é bastante ampla e interessante, principalmente no que concerne às mudanças que se dão no relacionamento pais e filhos ao longo do ciclo familiar, principalmente nas novas formações familiares, onde mães sozinhas chefiando a família e casais homoafetivos, por exemplo, ainda hoje enfrentam uma série de desafios, preconceitos e discriminações no processo de criação de seus filhos.

## REFERÊNCIAS

- AUSLOOS, Guy. A competência das famílias. Rio de Janeiro: Booklink, 2011.
- ARNETT, Jeffrey Jensen. *Emerging adulthood: The winding road from the late teens through the twenties*. New York: Oxford University Press, 2004.
- DEBUS, José Carlos dos Santos. Educação para a autonomia: reflexões sobre a atualidade do conceito de autonomia a partir de um estudo entre crianças. Tese de Doutorado da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2018.
- CAMARANO, Ana Amélia. (Ed.). *Transição para a vida adulta ou vida adulta em transição?* Rio de Janeiro, RJ: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2006.
- CARTER, Betty; MCGOLDRICK, Monica. *As mudanças no ciclo vital de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar*. São Paulo: Artmed, 2001.
- CERVENY, Ceneide Maria de Oliveira. *Família e Ciclo Vital: nossa Realidade em Pesquisa*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2013.
- CORRÊA, Olga B RUIZ. *O legado familiar a tecelagem grupal da transmissão psíquica*. Rio de Janeiro: Contracapa, 2000.
- COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- ENGELS, Friedrich. *A origem da família, da propriedade privada e do estado*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.
- FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Conjugalidade dos pais: Possíveis influências no projeto de casamento dos filhos. *In: Anais do Simpósio Nacional de Psicologia Social do Desenvolvimento* (pp. 89-99). Vitória, ES: Universidade Federal do Espírito Santo, 2005.
- IACONELLI, Vera. *Criar filhos no século XXI*. São Paulo: Contexto, 2019.
- LAING, Ronaldo. *A política da família*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- MARTINS, Ana Rita Rodrigues. *Revisão Sistemática do ciclo vital da família*. Dissertação de Mestrado de Psicologia Clínica. Instituto Superior Miguel Torga. Portugal, Coimbra, 2018.
- MITCHELL, Barbara A. Changing courses: The pendulum of Family transitions in comparative perspective. *Journal of Comparative Family Studies*; n. 37, v. 3, p. 325-343, 2006.
- NOGUEIRA, Heron Flores; RIBEIRO, Maria Alexina. *Casal e Família na Atualidade: Desafios, Estratégias e Possíveis Soluções para os Problemas*. Jundiaí: Paco Editorial, 2014.
- PEREIRA, Caio Mario da Silva. *Instituições de Direito Civil*. Rio de Janeiro: Forense, 2016. V. 5.
- PONCIANO, Edna Lúcia Tinoco. Família nuclear e terapia de família: Conexões entre duas histórias. *Estudos e Pesquisas em Psicologia*, n. 2, v. 2, p. 39-56, 2002.
- PONCIANO, Edna Lúcia Tinoco; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Relação Pais-Filhos na Transição para a Vida Adulta, Autonomia e Relativização da Hierarquia. *Psicologia Reflexão e Crítica*, n. 27, v. 2, p. 388-397, 2016.

RODRIGUEZ, Brunella Carla; GOMES, Isabel Cristina; OLIVEIRA, Danielly Passos de. Família e nomeação na contemporaneidade: uma reflexão psicanalítica. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, Londrina, v.8, n.1, p. 135-150, 2017.

ROUDINESCO, Elizabeth. *A família em desordem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

SAMPAIO, Daniel. *Inventem-se novos pais: Construindo uma relação mais sólida e confiável entre pais e filhos*. São Paulo: Gente, 2004.

SANTANA, Esther. Família Contemporânea. *Revista Educa Mais Brasil*, n. 32, v. 3, p. 1-4, 2020.

TEPERMAN, Daniela; GARRAFA, Thais; IACONELLI, Vera. *Parentalidade*. São Paulo: Autêntica, 2020.

WALSH, Froma. *Processos Normativos da Família: Diversidade e Complexidade*. São Paulo: Artmed, 2016.